



**Troca de manifestos esquenta a polêmica sobre racismo no Congresso. Páginas 8 e 9**

# Carreira desperta sede de conhecimento



“A nova carreira deu um gás novo ao nosso trabalho,” afirma a pedagoga Valquíria Félix. Ela integra uma equipe de pessoas que, sob a chefia da psicóloga Rita Anjos, trabalha na estruturação de cursos para atender ao aperfeiçoamento profissional de funcionários. *Páginas 8 e 9*

## SINDICATO CONVOCA ASSEMBLÉIA

A categoria se reúne em assembléia geral às 14h desta terça-feira, dia 11, no auditório do CT. A reunião é preparatória para a plenária nacional da Fasubra nos dias 14 e 15 em Brasília, com a eleição de delegados. Informes sobre as ações judiciais também farão parte da pauta.

## ESPECIAL CARREIRA

Saiba tudo sobre a 2ª etapa do enquadramento. *Páginas 5, 6, 7 e 8*



# Reuniões de GTs movimentam Sindicato

Foto: Niko Júnior



**MARATONA.** Reunião do GT-Carreira, implantado na semana passada (leia mais na pag.8)

O SINTUFRJ já retomou a organização dos grupos de trabalhos (GTs) de Educação, Anti-Racismo, Carreira e Saúde. Os encontros aconteceram durante quatro dias e os representantes que irão a Brasília para as reuniões dos GTs da Fasubra foram indicados segundo estas discussões nos grupos locais.

**EDUCAÇÃO** – Na reunião do GT-Educação, dia 4, terça-feira, às 10h30, com a presença de 18 pessoas, foi iniciada a análise da última versão do projeto de reforma universitária. Nas reuniões subsequentes a análise continuará sendo feita, tendo em vista a complexidade do assunto.

Foi criada nesta reunião a Comissão de Apoio Administrativo do GT para organizar melhor as tarefas. As companheiras aprovadas para compor a comissão são Chantal Russi, Mônica Caminiti e Petrolina Diniz Neto. E os representantes indicados para participar da reunião do GT-Educação da Fasubra, nos dias 18 e 19, são Vera Barradas, Albana Azevedo e Ana Maria Ribeiro. A próxima reunião do GT-Educação será no dia 25 de julho, às 14h, na subsede do HU.

**ANTI-RACISMO** – No dia seguinte, 5, também pela manhã, ocorreu a reunião do GT Anti-Racismo, com a presença de oito companheiros. O debate girou em torno da polêmica sobre o Projeto de Cotas e o Estatuto da Igualdade Racial. Nesta reunião foi

reafirmada a posição congressual já definida da Fasubra a favor das cotas, como também foi feita uma análise inicial sobre a questão racial na atual conjuntura.

A representação do GT levará para a reunião em Brasília do GT de Políticas Sociais e Educação, no dia 17, como encaminhamentos: a necessidade de se reafirmar o projeto de criar nas Instituições Federais de Ensino Superior os GTs; a readequação do calendário construído no Encontro do Maranhão; e a manutenção do II Encontro em setembro. O GT indicou, além de um coordenador de Políticas Sociais, os companheiros: Denise Góes, Paulão e Eliezer Pereira (suplente).

**SAÚDE** – O GT-Saúde, por sua vez, reuniu aproximadamente 20 pessoas, no dia 6, quinta-feira. Foi uma longa reunião, que começou no início da tarde e terminou só à noite, em que se discutiu HUs, plano de saúde para os servidores federais e implantação das Colsats (Comissões Locais de Saúde do Trabalhador). O GT chegou à conclusão de que é preciso verificar com a Reitoria a situação atual do plano de saúde, como também reiniciar nos locais de trabalho a discussão sobre a implantação das Colsats e sua intitucionalização. Os indicados para ir a Brasília são Maury, Cláudia (Ginecologia), Anderson (DVST) e Carmem (Hesfa).

*Implantação do GT-Carreira na página 8*

## Uerj suspende greve

Os 4.600 técnicos-administrativos, 2.500 professores e 23 mil estudantes da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj) retomaram na semana passada as aulas paralisadas pela greve há três meses. A decisão tomada em assembléia condicionava o fim do movimento ao cumprimento da liminar da justiça que obrigava o governo a pagar integralmente o salário da categoria. O que ocorreu no dia 29 de junho, conforme informou a dirigente da Associação dos Docentes da Uerj (Asduerj), Inalda Pimentel.

Na avaliação da dirigente “não houve vencedores e nem perdedores”, nesta greve, mas os professores consideraram como vitórias o fato de terem conseguido colocar a realidade da Uerj para fora dos seus muros e de obterem ganhos judiciais. “As liminares criaram uma nova jurisprudência e a greve passou a ser vista como um direito humano”, afirmou Inalda. A volta ao trabalho, segundo a sindicalista, não significa o fim da luta. “Vamos traçar novas estratégias, porque agora o nosso principal objetivo é garantir a manutenção das propostas da Uerj, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, e que estas sejam incluídas no orçamento do Estado em 2007.”

## Reunião de Aposentados

Data: 25 de julho de 2006

Local: Subsede do HU

Horário: 10 horas

Pauta: Enquadramento; Ações judiciais; Apresentação da nova Coordenação e Assuntos gerais.

Reunião entre os operadores de máquinas agrícolas e a PR-4, dia 11 de julho, terça-feira, às 15h, na PR-4 (prédio da Reitoria, 8º andar).

## Festa Julina do IPPMG

Local: Triagem do IPPMG

Dia: 13/7/2006

Das 11h às 16h



## Futebol

Está marcada para o dia 13 de julho, quinta-feira, reunião para discutir a organização do II Campeonato de Futebol dos Servidores da UFRJ 2006. Uma das propostas é denominá-lo Campeonato Marlene Gonçalves Ortiz. A reunião será às 14h, no 8º andar da Reitoria, sala 810.

**Creche:** Na segunda-feira, 3, a APAC se reuniu com a PR-4 e, na quinta-feira, 6, com a nova direção da creche. Leia matéria compelta na próxima edição do jornal.

## Colégio Pedro II

Parados desde o fim de maio, os profissionais do Colégio Pedro II suspenderam a greve no dia 29 de junho. “O Plano de Cargos e Carreira dos técnicos-administrativos foi parcialmente atendido. Não obtivemos mais vitórias porque o movimento não teve muita adesão”, disse o coordenador-geral do Sindicato dos Servidores Públicos do Colégio Pedro II, Everardo Cantarino.

# Vestibular: inscrição a partir de 1º de agosto

Foto: Niko Júnior



CEG. Reunião do Conselho que decidiu sobre vestibular e o curso de Licenciatura em Música

Começa no dia 1º de agosto e termina em 1º de setembro o prazo para os candidatos se inscreverem ao Vestibular 2007 da UFRJ. Na quarta-feira, 5, o Conselho de Ensino de Graduação (CEG) aprovou a íntegra do texto do edital para ser publicado no Diário Oficial da União, dando sinal verde para a deflagração do processo de seleção de novos alunos. A previsão da comissão organizadora do concurso é que 50 mil pessoas disputarão uma das 6.573 vagas oferecidas num dos mais de 40 cursos, muitos deles com várias opções de habilitação. O valor da taxa de inscrição é R\$ 95,00, mas até 14 de julho há tempo para dar entrada no pedido de isenção.

A rotina inaugurada no último concurso será mantida, com as provas sendo realizadas em duas etapas em vez de três, e no mês de novembro. Dia 12 é a primeira, a não específica, com língua portuguesa e redação, matérias obrigatórias a todos os candidatos; dia 26, a específica. Todas as questões são discursivas e os candidatos terão cinco horas para respondê-las. Outra novidade que deu certo e será repetida é a inscri-

ção via internet, através do site [www.vestibular.ufrj.br](http://www.vestibular.ufrj.br). Dúvidas serão resolvidas pelo Disque Vestibular UFRJ – (21) 2598-9430, das 9h às 17h, pelo e-mail [vestibular@ufrj.br](mailto:vestibular@ufrj.br) ou pessoalmente com a coordenação: Avenida Brigadeiro Trompowsky s/nº – CCMN, bloco D.

**ISENÇÃO** – O pedido de isenção do pagamento dos R\$ 95,00 pode ser feito através do mesmo endereço eletrô-

nico ou nos Pólos de Apoio Informatizados, que funcionam nos seguintes endereços: Decania do CFCH, Avenida Pasteur, 250 (fundos), Botafogo, das 9h às 16h; NCE, no prédio do CCMN, na Ilha do Fundão, das 9h às 16h; IFCS, no Largo de São Francisco, 1, Centro da Cidade, das 9h às 16h e das 18h às 21h. Dez mil candidatos ficaram isentos da taxa no vestibular passado, e a UFRJ calcula atender desta vez 12 mil

pessoas comprovadamente sem condições de arcar com essa despesa. O resultado da seleção sairá em agosto.

**TUDO LÁ** – Acessando o endereço eletrônico [www.vestibular.ufrj.br](http://www.vestibular.ufrj.br) os candidatos obterão todas as informações necessárias para se inscreverem com segurança no vestibular. Lá eles encontrarão o manual do estudante e saberão como as vagas estão distribuídas pe-

los cinco grupos de cursos e suas respectivas habilitações, quais as carreiras que exigem testes de habilitação específica, que serão realizados nos dias 16 e 17 de setembro, e os locais onde ocorrerão. Como poucas pessoas procuraram os postos de apoio no vestibular passado, este ano, segundo a coordenadora administrativa do concurso, Mônica Conde, a UFRJ só vai montá-los na Cidade do Rio de Janeiro, Baixada Fluminense, Niterói, São Gonçalo e Macaé, onde existe um núcleo. No dia 1º de fevereiro de 2007 a UFRJ divulgará a lista dos candidatos aprovados, também pela internet.

**MAIS VAGAS** – Para melhor aproveitamento das vagas, o CEG, além de aprovar a realização de três reclassificações: 13 de fevereiro a primeira; 6 de março a segunda e 15 de março a terceira, no ato da matrícula, os candidatos classificados ou seus representantes legais assinarão um termo declarando se desejam ou não permanecer na lista de espera para remanejamento de curso/habilitação, turno ou semestre.

## Licenciatura em Música fica de fora

O Conselho de Ensino de Graduação (CEG) também decidiu que as 52 vagas do curso de Licenciatura em Música ficarão fora do próximo concurso. Essa informação constará do edital do vestibular 2007, com a justificativa de que a medida é em virtude de o curso estar passando por uma reestruturação, mas que as vagas voltarão a ser oferecidas em 2008.

Os conselheiros chegaram a essa decisão depois de concluírem que o currículo do curso de Licenciatura em Música continua não atendendo

às normas vigentes, problema que foi constatado há cerca de dois anos, mas que a direção da Escola de Música não resolveu, apesar dos encaminhamentos neste sentido do CEG. Na sessão de quarta-feira foi lido o parecer da Comissão Permanente de Licenciatura (CPL/CEG), e os três pareceres extra-oficiais solicitados pelo reitor Aloísio Teixeira a educadores e musicistas renomados a respeito do assunto e as conclusões contidas nos documentos ajudaram na resolução adotada pelos membros do Conselho.

Os conselheiros também concluíram que a solução para a crise da Escola de Música não é mais da competência daquele Conselho, e aprovaram que todos os relatórios e pareceres deverão ser encaminhados para a Comissão de Sindicância instaurada pela Reitoria, por recomendação do próprio CEG, que apura os fatos envolvendo a unidade de ensino, no âmbito administrativo e acadêmico.

No entendimento do presidente da Comissão Permanente de Licenciatura, professor Marcelo Correia e Castro, ca-

berá à Escola de Música realizar uma discussão interna com seus departamentos e proceder a reformulação do currículo de Licenciatura em Música e definir o projeto político pedagógico, conforme orienta o parecer da comissão, e posterior aprovação pelos órgãos competentes da Universidade. As falhas legais do atual currículo, criado em 2003, põem em dúvida a formação adequada de professores para atuarem no ensino fundamental e médio, e também acabam não capacitando como deveria profissionais de instrumento para atuarem em conservatórios.

# Situação salarial “decepcionante”

*O recém-empossado presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN),*



*Paulo Marcos Borges Rizzo, faz um diagnóstico da campanha salarial dos professores universitários e analisa as negociações com o governo. Apresenta, ainda, suas críticas à Medida Provisória 295, que dispõe sobre reajuste dos salários dos docentes.*

**Marcos Rizzo, presidente recém-empossado do Andes, diz que a entidade reivindica paridade com aposentados e isonomia salarial com professores de 1º e 2º graus**

*Jornal do SINTUFRJ: Qual é a situação salarial dos docentes?*

**Rizzo:** É decepcionante, e a insatisfação dos professores é grande. A referência dos servidores públicos federais para reivindicar a recuperação do poder aquisitivo do salário é janeiro de 1995. A inflação acumulada, de 95 até abril de 2006, pelo Índice do Custo de Vida (ICV) do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), é de 171%. Alguns segmentos, pouco numerosos e selecionados pelo governo, acumularam, no período, ganhos salariais muito acima da inflação. Um exemplo é o delegado da Polícia Federal, que teve mais de 800%. A grande maioria dos servidores, no entanto, acumulou reajustes abaixo da inflação do período, e alguns segmentos ficaram muito abaixo. É o caso dos servidores técnico-administrativos das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes). Os reajustes dos docentes, que foram diferenciados para cada classe e titulação, entre ativos e aposentados e entre os da carreira do 1º e 2º graus e da carreira do 3º grau, ficaram na média. Isto é, abaixo da inflação.

*JS: Quais as principais reivindicações da campanha salarial dos docentes?*

**Rizzo:** Reivindicamos, em primeiro lugar, que o governo cumpra a Constituição, que estabelece que anualmente haja a revisão geral dos vencimentos dos servidores públicos, com base na inflação anual. Queremos atingir, no mínimo, o poder aquisitivo de janeiro de 1995, com paridade entre ativos, aposentados e pensionistas e tratamento isonômico para os professores de 1º, 2º e 3º graus. Reivindicamos a incorporação das gratificações ao vencimento básico. Reivindi-

camos, juntamente com o Sinasefe (Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional), uma nova carreira para os docentes de toda a rede federal de educação. Queremos ainda contratações para a recomposição do quadro de vagas hoje existentes e para a expansão das Ifes e que os professores substitutos recebam a mesma remuneração que os efetivos.

*JS: Quais são os impasses nas negociações salariais em Brasília?*

**Rizzo:** Em 2003, o governo criou um sistema nacional de negociações com uma mesa central e mesas setoriais em cada ministério. Em 2004, ele praticamente dissolveu a mesa central e encaminhou as entidades nacionais para negociações em separado. Esta situação permanece. Nas negociações no âmbito do MEC, por dois anos consecutivos (2004 e 2005) não houve acordo com o nosso sindicato e o governo concretizou suas decisões por meio de medidas provisórias. As propostas apresentadas pelo governo foram rejeitadas pela grande maioria das assembleias, inclusive durante a greve do ano passado. Um dos problemas principais que temos encontrado junto ao MEC é que este, nos dois últimos anos, impediu que o Andes-SN representasse parte de sua base nas negociações, a dos professores da carreira de 1º e 2º graus. O principal entendimento é a constituição recente de um grupo de trabalho para a construção da nova carreira, no qual Andes-SN e Sinasefe estão participando. Esperamos que não cheguemos, mais uma vez, a impasses.

*JS: O que prevê a Medida Provisória 295 e quais as principais críticas do Andes à MP 295?*

**Rizzo:** Para a carreira do 3º grau, ela prevê um aumento de 50% nos incentivos de titulação, que compõem o vencimento básico. Isto significa, por exemplo, que o título de doutor, que valia 50% do vencimento, passou, a partir de janeiro deste ano, a valer 75%. Para os professores, de graduado a mestre, houve um aumento diferenciado na Gratificação de Estimula à Docência (GED), a partir de julho, e, para os aposentados, que não recebem a GED integralmente, um aumento de 91 para 115 pontos, quando os em atividade recebem 140 pontos. Foi criada uma nova classe, com quatro níveis, a de Professor Associado, entre Adjunto e Titular, para os que possuem o título de doutor, a partir de maio deste ano. Para os professores da carreira de 1º e 2º graus, ela estabeleceu um reajuste de 12% no vencimento básico, a partir de fevereiro, e a criação da classe especial, que equivale à de titular, mas que o acesso se dá por avaliação de desempenho. Diferentemente do que ocorre em relação à classe de Associado, na Especial, os aposentados e pensionistas também receberão seus efeitos. Como se pode observar, o principal problema é o tratamento diferenciado entre as duas carreiras.

*JS – O que o Andes pretende fazer para que suas reivindicações sejam atendidas?*

**Rizzo:** Paralelamente ao desenvolvimento dos trabalhos relativos à carreira, que prometem ser demorados, estamos, juntamente com o Sinasefe, buscando intervir na definição do Orçamento de 2007 para a inclusão de recursos que possibilitem corrigir as distorções entre as duas carreiras hoje existentes e as incorporações das gratificações.

**Publicaremos na próxima edição a tabela salarial e o decreto do reajuste.**

Percentuais para a concessão do Incentivo à Qualificação

Nível de Classificação	Nível de escolaridade formal superior ao previsto para o exercício do cargo	Percentuais de incentivo	
		Área de conhecimento com relação direta	Área de conhecimento com relação indireta
A	Ensino fundamental completo	10%	-
	Ensino médio completo	15%	-
	Ensino médio profissionalizante ou ensino médio com curso técnico completo ou título de educação formal de maior grau	20%	10%
B	Ensino Fundamental completo	5%	-
	Ensino médio completo	10%	-
	Ensino médio profissionalizante ou ensino médio com curso técnico completo	15%	10%
	Curso de graduação completo	20%	15%
C	Ensino Fundamental completo	5%	-
	Ensino médio completo	8%	-
	Ensino médio com curso técnico completo	10%	5%
	Curso de graduação completo	15%	10%
	Especialização, superior ou igual a 360h	20%	15%
D	Ensino médio completo	8%	-
	Curso de graduação completo	10%	5%
	Especialização, superior ou igual a 360h	15%	10%
	Mestrado ou título de educação formal de maior grau	20%	15%
E	Especialização, superior ou igual a 360h	10%	5%
	Mestrado	15%	10%
	Doutorado	20%	15%



# Enfim, o novo enquadramento

Confira, a partir de agora, tudo sobre a 2ª etapa do enquadramento da carreira

- O que determina o decreto
- Quem vai ser enquadrado
- Quando sai o dinheiro
- Os prazos a serem cumpridos
- Os recursos
- As tabelas

Piso = R\$ 701,98      3,60%

Níveis			A				B				C				D				E				
Classes de Capacitação	Valor		I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV	
Piso A1	P01	R\$ 701,98	1																				
	P02	R\$ 727,25	2	1																			
	P03	R\$ 753,43	3	2	1																		
	P04	R\$ 780,56	4	3	2	1																	
	P05	R\$ 808,66	5	4	3	2																	
Piso B1	P06	R\$ 837,77	6	5	4	3	1																
	P07	R\$ 867,93	7	6	5	4	2	1															
	P08	R\$ 899,17	8	7	6	5	3	2	1														
	P09	R\$ 931,54	9	8	7	6	4	3	2	1													
	P10	R\$ 965,08	10	9	8	7	5	4	3	2													
Piso C1	P11	R\$ 999,82	11	10	9	8	6	5	4	3	1												
	P12	R\$ 1.035,81	12	11	10	9	7	6	5	4	2	1											
	P13	R\$ 1.073,10	13	12	11	10	8	7	6	5	3	2	1										
	P14	R\$ 1.111,74	14	13	12	11	9	8	7	6	4	3	2	1									
	P15	R\$ 1.151,76	15	14	13	12	10	9	8	7	5	4	3	2									
Teto A1	P16	R\$ 1.193,22	16	15	14	13	11	10	9	8	6	5	4	3	1								
	P17	R\$ 1.236,18		16	15	14	12	11	10	9	7	6	5	4	2	1							
	P18	R\$ 1.280,68			16	15	13	12	11	10	8	7	6	5	3	2	1						
	P19	R\$ 1.326,78				16	14	13	12	11	9	8	7	6	4	3	2	1					
	P20	R\$ 1.374,55					15	14	13	12	10	9	8	7	5	4	3	2					
Teto B1	P21	R\$ 1.424,03					16	15	14	13	11	10	9	8	6	5	4	3	1				
	P22	R\$ 1.475,30						16	15	14	12	11	10	9	7	6	5	4	2	1			
	P23	R\$ 1.528,41							16	15	13	12	11	10	8	7	6	5	3	2	1		
	P24	R\$ 1.583,43								16	14	13	12	11	9	8	7	6	4	3	2	1	
	P25	R\$ 1.640,43									15	14	13	12	10	9	8	7	5	4	3	2	
Teto C1	P26	R\$ 1.699,49									16	15	14	13	11	10	9	8	6	5	4	3	
	P27	R\$ 1.760,67										16	15	14	12	11	10	9	7	6	5	4	
	P28	R\$ 1.824,06											16	15	13	12	11	10	8	7	6	5	
	P29	R\$ 1.889,72												16	14	13	12	11	9	8	7	6	
	P30	R\$ 1.957,75													15	14	13	12	10	9	8	7	
Teto D1	P31	R\$ 2.028,23													16	15	14	13	11	10	9	8	
	P32	R\$ 2.101,25														16	15	14	12	11	10	9	
	P33	R\$ 2.176,89															16	15	13	12	11	10	
	P34	R\$ 2.255,26																16	14	13	12	11	
	P35	R\$ 2.336,45																	15	14	13	12	
Teto E1	P36	R\$ 2.420,56																	16	15	14	13	
	P37	R\$ 2.507,70																		16	15	14	
	P38	R\$ 2.597,98																			16	15	
	P39	R\$ 2.691,51																				16	





# GT-Carreira está instalado

Mesmo considerando que era uma reunião de instalação, o Grupo de Trabalho sobre Carreira do SINTUFRJ, dia 6, teve um encontro produtivo, com mais de 30 pessoas debatendo temas importantes para a categoria. Com a participação de servidores de diversas unidades – e membros das Comissões de Enquadramento e Interna de Supervisão – o grupo discutiu normas de funcionamen-

to do GT, conheceu e fez ponderações acerca da emenda constitucional sobre ascensão funcional e escolheu quatro representantes do GT que vão participar do seminário organizado pela Fasubra sobre o tema no dia 13 de julho.

O GT – Uns poucos destaques serão ainda apreciados para a finalização das normas de funcionamento do GT. O Grupo, órgão de assessoramento e consulta, tem a fina-

lidade de articular e elaborar políticas relacionadas à carreira. É aberto a todos e funciona em reuniões ordinárias. A próxima reunião está marcada para o dia 1º de agosto, terça-feira, às 10h, na Praia Vermelha. Além destes temas, o grupo vai se dedicar ao debate dos decretos do governo, em especial sobre as diretrizes para avaliação e capacitação que deverão constar no Plano de Desen-

volvimento Institucional e na proposição de políticas que contornem o problema do Vencimento Básico Complementar, o VBC.

**ASCENSÃO** – O deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, relator da proposta de emenda constitucional (PEC 206/03) que trata da ascensão funcional, tinha parecer contrário a esta porque a achava sem critérios limitadores quanto ao público habilita-

do a fazer a ascensão. Mas concordou, em reunião com representantes de diversas entidades representantes dos trabalhadores do serviço público, a apresentar um substitutivo, desde que contivesse tais critérios, de forma que tivesse apoio da sociedade.

As entidades, entre elas a Fasubra, se reuniram e formularam uma proposta de consenso, alterando o texto constitucional.

## Decreto sem os anexos\*

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 11, no § 3º do art. 12 e no § 4º do art. 15 da Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005,

### DECRETA:

Art. 1º O Incentivo à Qualificação será concedido aos servidores ativos, aos aposentados e aos instituidores de pensão com base no que determina a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, e no estabelecido neste Decreto.

§ 1º A implantação do Incentivo à Qualificação dar-se-á com base na relação dos servidores habilitados de que trata o art. 20 da Lei nº 11.091, de 2005, considerados os títulos obtidos até 28 de fevereiro de 2005, que será homologada pelo colegiado superior da Instituição Federal de Ensino - IFE.

§ 2º Após a implantação, o servidor que atender ao critério de tempo de efetivo exercício no cargo, estabelecido no art. 12 da Lei nº 11.091, de 2005, poderá requerer a concessão do Incentivo à Qualificação, por meio de formulário próprio, ao qual deverá ser anexado o certificado ou diploma de educação formal em nível superior ao exigido para ingresso no cargo de que é titular.

§ 3º A unidade de gestão de pessoas da IFE deverá certificar se o curso concluído é direta ou indiretamente relacionado com o ambiente organizacional de atuação do servidor, no prazo de trinta dias após a data de entrada do requerimento devidamente instruído.

§ 4º O Incentivo à Qualificação será devido ao servidor após a publicação do ato de concessão, com efeitos financeiros a partir da data de entrada do requerimento na IFE.

§ 5º No estrito interesse institucional, o servidor poderá ser movimentado para ambiente organizacional diferente daquele que ensejou a percepção do Incentivo à Qualificação.

§ 6º Caso o servidor considere que a movimentação possa implicar aumento do percentual de Incentivo à Qualificação, deverá requerer à unidade de gestão de pessoas, no prazo de trinta dias, a contar da data de efetivação da movimentação, a revisão da concessão inicial.

§ 7º Na ocorrência da situação prevista no § 6º, a unidade de gestão de pessoas deverá pronunciar-se no prazo de trinta dias a partir da data de entrada do requerimento do servidor, sendo que, em caso de deferimento do pedido, os efeitos financeiros dar-se-ão a partir da data do ato de movimentação.

§ 8º Em nenhuma hipótese poderá haver redução do percentual de Incentivo à Qualificação percebido pelo servidor.

§ 9º Os percentuais para a concessão do Incentivo à Qualificação são os constantes do Anexo I.

Art. 2º Os ambientes organizacionais de atuação do servidor no âmbito das IFE vinculadas ao Ministério da Educação são os estabelecidos no Anexo II.

Art. 3º As áreas de conhecimento dos cursos de educação formal diretamente relacionados a cada um dos ambientes organizacionais são as constantes do Anexo III.

Art. 4º No enquadramento dos servidores ativos, dos aposentados e dos instituidores de pensão no nível de capacitação correspondente às certificações apresentadas, deverão ser observadas as cargas horárias definidas no Anexo III da Lei nº 11.091, de 2005, e a correlação entre o conteúdo do curso e as atividades que definem o ambiente organizacional de atuação do servidor.

§ 1º A definição dos cursos de capacitação que não sejam de educação formal e que guardem relação direta com os ambientes organizacionais será disciplinada em ato do Ministro de Estado da Educação.

§ 2º O enquadramento no nível de capacitação dar-se-á com base na relação dos servidores habilitados de que trata o § 1º do art. 1º.

Art. 5º Para efeito de enquadramento no nível de capacitação, serão considerados os certificados dos cursos de capacitação obtidos durante o período em que o servidor esteve em atividade no serviço público federal até o dia 28 de fevereiro de 2005, nos termos do § 1º do art. 10 da Lei nº 11.091, de 2005.

§ 1º Os certificados de capacitação obtidos após o dia 28 de fevereiro de 2005 serão considerados para o desenvolvimento do servidor na Carreira, observado o estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 10 da Lei nº 11.091, de 2005.

§ 2º Para efeito de concessão da primeira progressão por capacitação aos servidores enquadrados nos termos do § 4º do art. 15 da Lei nº 11.091, de 2005, deverá ser respeitado o interstício de dezoito meses contados a partir de 1º de março de 2005.

§ 3º Para as demais concessões de progressão por capacitação, deverá ser observado o mesmo interstício contado da última progressão concedida ao servidor nos termos do § 1º do art. 10

da Lei nº 11.091, de 2005.

Art. 6º O enquadramento dos servidores no nível de capacitação deverá ser objeto de homologação pelo colegiado superior da IFE.

§ 1º O ato de homologação deverá ser publicado no boletim interno da IFE.

§ 2º O servidor terá trinta dias, a partir da publicação do ato de homologação, para interpor recurso à Comissão de Enquadramento instituída na forma do art. 19 da Lei nº 11.091, de 2005, que decidirá no prazo de sessenta dias.

§ 3º Indeferido o recurso pela Comissão de Enquadramento, o servidor poderá recorrer ao colegiado superior da IFE.

Art. 7º Os efeitos financeiros decorrentes do enquadramento no nível de capacitação de que trata o art. 5º dar-se-á a partir de 1º de janeiro de 2006 e os da implantação do Incentivo à Qualificação de que trata o § 1º do art. 1º, a partir de 1º de julho de 2006.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de junho de 2006; 185ª da Independência e 118ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

*Fernando Haddad Paulo Bernardo Silva.*

\*Leia o decreto na íntegra, com todos os anexos no site do Sintufjr.



# Carreira põe aperfeiçoamento profissional na ordem do dia

A Coordenação de Divisão Profissional (Codep) se esforça para fazer a sua parte e atender a categoria, ávida por formação. Afinal, hoje, com a nova carreira, a única via em direção à ascensão dentro das instituições federais de ensino superior é a qualificação e a capacitação. A equipe, composta de pessoas, sob a chefia da psicóloga Rita Anjos, trabalha na estruturação de cursos para atender a todos os segmentos dos técnicos-administrativos. Mas os professores também fazem parte do projeto de melhoria da qualidade dos serviços prestados à comunidade universitária e à sociedade, através do aperfeiçoamento das suas funções.

“Nossa missão é desenvolver o corpo funcional – técnicos-administrativos e docentes – objetivando a valorização e qualificação permanentemente pessoal e profissional”, afirmou Rita Anjos. Segundo a pedagoga Valquíria Félix, “a nova carreira deu um gás diferente ao nosso trabalho. A categoria passou a ver a formação como um aliado para ascender na instituição e obter ganhos financeiros. Inauguramos com a carreira uma nova cultura e vamos aproveitar o máximo esse momento histórico das universidades para criar uma consciência crítica da necessidade de capacitação constante”. E ela espera que, no futuro, isso ocorra sem a preocupação do incentivo financeiro.

CIS — Rita Anjos fez questão de registrar que a coordenação tem trabalhado com a Comissão Interna de Supervisão (CIS). Tanto para ela como para toda a equipe, a nova carreira e a CIS garantiram um ar de legitimidade e democracia ao trabalho que desenvolvem desde 2004. Rita e Valquíria também consideraram estratégico para a aproximação com as unidades e

o aperfeiçoamento do trabalho ter conquistado o status de divisão dentro da Superintendência de Pessoal. O sonho da equipe é se transformar num centro de excelência, mas por enquanto a Coordenação funciona na sala 822 do prédio da Reitoria, e quase todos os cursos são ministrados em locais cedidos nos campi do Fundão e Praia Vermelha.

## Os cursos oferecidos



### Linguagem, Ensino, Aprendizagem

**Inscrições: 19/7 a 14/7**

#### Inglês, francês, espanhol

- Para quem concluiu o ensino médio. Regular completo: 360 horas (2,5 anos de duração), mas dividido por módulos de 72 horas cada; Instrumental: dois módulos de 144 horas, dirigido aos servidores que vão disputar vaga em pós-graduação; Conversação: também em dois módulos de 144 horas. Prova de nivelamento: 31/7. Período de realização: de 7/8/2006 a 11/12/2006. Os cursos serão ministrados em unidades do Fundão e da Praia Vermelha, com turmas pela manhã e à tarde.

#### Português

- Para quem cursou da 5ª à 8ª séries. Objetiva aperfeiçoar gramática, escrita e a compreensão da língua de quem executa rotinas de trabalhos administrativos na UFRJ (preparação de cartas, memorandos, ofícios etc.). São dois módulos, num total de 90 horas, aulas às segundas e sextas-feiras, das 13h às 15h, na sala 822, prédio da Reitoria.



### Informática

Para esses cursos é necessário que o candidato tenha o ensino médio completo.

#### Básico I e II; Linguagem de programação; Edição eletrônica; Desenvolvimento Webmaster; Webdesign básico e Formação Unix

- Em agosto a Codep abre novas turmas, em parceria com a Secretaria de Cursos do NCE. O curso é por módulos e as aulas serão pela manhã e à tarde.

#### Administração de Redes

- Este é um curso piloto, em parceria com a Coppe e o NCE. Término previsto para setembro. É dirigido para os servidores que trabalham com administração de redes.

#### Informática e Cidadania

- Para quem não concluiu o ensino médio. Será implantado no segundo semestre, e a idéia é aproveitar a experiência já existente na UFRJ de inclusão digital.



### Programa Humanizar

- Objetiva a melhoria da qualidade de vida dos funcionários, estimulando a criatividade das pessoas e propiciando que criem novas relações no ambiente de trabalho, que é a Universidade como um todo. Inscrições abertas para os seguintes cursos:

#### Curso de teatro

- Aulas na Coppe, de 7/8 a 11/12, das 12h às 13h30, às terças e quintas-feiras.

#### Dança de salão

- Aulas na Reitoria, de 7/8 a 11/12, às terças e quintas-feiras, das 12h30 às 14h.

#### Jardinagem

- Inscrição em agosto.

#### Instituto de Ginecologia

- Em parceria com a Codep, o instituto iniciou no dia 3 de julho curso de capacitação sobre qualidade total para os trabalhadores da administração da unidade por conta da creditação hospitalar exigida pelo Ministério da Saúde.

Continua na página seguinte...

## Evasão e resistência

Uma preocupação constante de Rita Anjos é com a evasão dos alunos nos cursos. “As turmas começam com 20 pessoas e muitas delas terminam com apenas duas. As causas são pressão das chefias ou excesso de trabalho nas unidades”, disse. Mas por conta do estímulo da nova carreira, a expectativa é que esta realidade mude. Outro fato preocupante, segundo Rita, são os mais de dois mil trabalhadores que não completaram o ensino médio, e nesta estatística estão incluídos os analfabetos funcionais. Na Praia Vermelha há alguns servidores de áreas de apoio que resistem em ser alfabetizados, informou Rita. “Eles argumentam que estão quase se aposentando e que não precisam de leitura na atividade deles.” Através da CIS, a Codep pretende atualizar o banco de dados sobre o nível de formação dos trabalhadores da UFRJ, pois, de acordo com Rita, as informações existentes não são confiáveis.

Com o Instituto de Psicologia, a Codep realiza um levantamento que vai proporcionar orientação sobre quais são as necessidades de treinamento da unidade da UFRJ, uma tática que poderá ajudar a diminuir as desistências aos cursos. “Esse mapeamento é importante porque cada unidade tem uma característica diferente para funções iguais, e com ele vamos poder formatar cursos de acordo com as demandas levantadas pelos próprios técnicos-administrativos em seus setores de trabalho”, adiantou Rita Anjos.



### Projeto Caminhos do Conhecimento

#### Alfabetização

- No Fundão, uma parceria com a PR-5 e Coppe, mantém duas turmas de alfabetização com cerca de 30 alunos, e as aulas são diárias, das 7h30 às 9h30 e das 15h às 17h. Em julho a Codep irá implantar o curso na Praia Vermelha e abrir novas turmas no Fundão. Duração: um ano. Quem quiser pode inscrever-se.

#### Supletivo

- Início pela alfabetização e, em quatro anos, o trabalhador completa seus estudos até o ensino médio. Como a UFRJ não confere diplomas de ensino fundamental e médio, os alunos são preparados para fazer a prova de certificação da Secretaria Estadual de Educação.



### Programa de Saúde do Trabalhador

#### Segurança nos locais de trabalho

- Instrutores formados pela DVST vão ministrar curso de 90 horas, em três módulos, que terá como objetivo desenvolver na UFRJ a cultura de saúde e segurança nos locais de trabalho.



### Programa de Gestão de Pessoas

#### Chefes de recursos humanos das unidades

- O curso será aberto na Praia Vermelha, pois já existe um sendo ministrado no Fundão. Ele atualiza sobre a reforma previdenciária no serviço público (aposentadorias etc.). Ministrado em trinta horas. Inscrição: 10/7 a 21/7.

#### Com a Escola Nacional de Administração Pública

- Em breve, a Codep iniciará cursos em parceria com a Enap para o pessoal de recursos humanos, principalmente da PR-4.



### Programa Planejamento, Patrimônio e Finanças

- Com a adoção do orçamento participativo, os diretores de unidades irão participar de seminários com objetivo de conhecer atividades de planejamento do orçamento da UFRJ. Há programas de capacitação na área de planejamento e execução orçamentária. Inscrição: de 14/7 a 21/7 para o pessoal da área financeira e de planejamento. Duas horas e meia de curso, aulas no Fundão.



### Programa de Logística

#### Vigilantes

- Desta vez para todos os vigilantes da UFRJ, poderá fazer o programa de avaliação, orientação, suporte psicológico e capacitação para trabalhadores da Universidade que tem no conteúdo programático direitos e deveres, saúde ocupacional, primeiros socorros e prevenção de incêndios. Parceria com a DVST. Inscrição: a partir de 15/8. Início: 4/9. Dois dias na semana (manhã e tarde). Carga horária de 100 horas.

#### Técnico de inspeção em risco de incêndio

- Voltado principalmente para quem trabalha na área de logística, como pessoal de manutenção, engenheiros, arquitetos, técnicos de laboratórios, químicos etc. Serão três turmas, duas no campus do Fundão e outra na Praia Vermelha. Inscrições abertas. Carga horária de 120 horas.

## Como se inscrever nos cursos

A ficha de inscrição pode ser obtida através do site <sr4.ufrj.br/cursos> e no departamento de pessoal das unidades ou na Codep, das 9h às 17h. Informações pelos telefones 2598-1845/1846/ 1814. Todos os cursos conferem certificados de conclusão para que o trabalhador dê entrada no processo de progressão por capacitação. Os cursos estão abertos também aos profissionais contratados, mas estes ficam na dependência de vagas não ocupadas

# Troca de manifestos esquenta a polêmica sobre racismo no Congresso

Presidentes da Câmara e do Senado recebem grupos pró e contra a implantação da política de cotas



A iniciativa de um grupo de intelectuais e artistas no dia 29 de junho, tendo à frente a antropóloga da UFRJ Yvonne Maggie – apoiada por um desconhecido Movimento Negro Socialista –, que produziu um documento contrário à aprovação dos projetos de Lei das Cotas e do Estatuto da Igualdade Racial, teve efeito contrário. Cinco dias após o documento ser entregue aos presidentes da Câmara, Aldo Rebelo (PCdoB-SP), e do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), a resposta foi imediata: lideranças de movimentos sociais, integrantes históricos do movimento negro, artistas e intelectuais engajados, professores universitários e estudantes subscreveram um manifesto defendendo a aprovação dos projetos, desmontando a argumentação contrária. No dia em que representantes deste grupo foram ao Congresso, 4 de julho, as galerias da Câmara ficaram lotadas. E a polêmica criada novamente na agenda nacional a discussão dos projetos que estavam emperrados no Congresso Nacional. O de cotas será votado em regime de urgência.

## Documento combate projetos

O primeiro documento, intitulado “Carta Pública ao Congresso Nacional - Todos têm Direitos Iguais na República Democrática”, argumenta que a adoção de políticas específicas para negros pode acirrar conflitos raciais ao dar *status* jurídico ao conceito de raça, além de não atacar o problema estrutural da desigualdade no país, que é a falta de acesso universal à educação de qualidade.

“O princípio da igualdade política e jurídica dos cidadãos é um fundamento essencial da República e um dos alicerces sobre o qual repousa a Constituição brasileira”, diz a carta, que afirma que este princípio está ameaçado de extinção pelos dois projetos. E sustenta que a verdade “amplamente

*“A adoção de políticas específicas para negros pode acirrar conflitos raciais sem atacar a desigualdade estrutural”*

reconhecida” é que o principal caminho para o combate à exclusão social é a construção de serviços públicos universais de qualidade nos setores de educação, saúde e previdência, em especial a criação de empregos. “Essas metas só poderão ser alcançadas pelo esforço comum de cidadãos de todos os tons de pele contra privilégios odiosos.”

O documento foi assinado por 114 pessoas, com nomes como Wanderley Guilherme dos Santos (cientista político), Ferreira Gullar (poeta), Caetano Veloso (compositor), Gilberto Velho (Museu Nacional/UFRJ), Luiz Werneck Vianna (ECO/UFRJ), Eunice Durham (ex-secretária de Ensino Superior no governo FHC).

## Ações “urgentes” contra o racismo

Já o “Manifesto em Favor da Lei de Cotas e do Estatuto da Igualdade Racial” contra-argumenta afirmando que a Constituição de 1889 facilitou a reprodução do racismo ao decretar uma igualdade puramente formal entre todos os cidadãos. E com isso, o princípio da igualdade está abalado desde os primórdios.

“A população negra acabava de ser colocada em uma situação de completa exclusão em termos de acesso à terra, à renda, ao conjunto de direitos sociais definidos como “direitos de todos”, e à instrução para competir com os brancos diante de uma nova realidade de mercado que se instalava no país”.

O documento argumenta também que enquanto se propalava a igualdade de todos “na letra da lei”, várias políticas de incentivo e apoio diferenciado, “que hoje po-

dem ser lidas como ações afirmativas”, foram aplicadas para estimular a emigração de europeus para o Brasil.

Sobre a exclusão no ensi-

*“Desde a constituição de 1889 o princípio da igualdade está abalado, pois decretou uma situação puramente formal, sem considerar a realidade de exclusão social dos negros”*

no superior brasileiro o documento ressalta que “nosso quadro de exclusão racial é um dos mais extremos do mundo. Para se ter uma idéia da desigualdade racial brasileira, mesmo nos dias do *apartheid*, os negros da África do Sul contavam com uma escolaridade média maior que a dos negros no Brasil no ano 2000”, destaca.

O manifesto foi também entregue por lideranças do movimento negro aos presidentes da Câmara e do Senado no dia 4 de julho, e é assinado por nomes como Abdias do Nascimento (ex-senador e militante negro), Ivanir dos Santos (coordenador do Centro de Articulação de Populações Marginais), Emir Sader (sociólogo/UERJ), Francisco Carlos Teixeira (historiador/UFRJ), Muniz Sodré (UFRJ), Augusto Boal (diretor teatral).

Na página 12, repercussão entre sindicalistas e teor dos projetos

# Sindicalistas defendem cotas

Denise Góes afirma que democracia racial não existe e diretor da Fasubra afirma que Federação defende as cotas

O coordenador de Políticas Sociais da Fasubra, Luiz Macenas, o Luizão, e a coordenadora de Comunicação Sindical do SINTUFRJ e militante do Movimento Negro Unificado, Denise Góes, criticaram duramente os partidários do manifesto contra os projetos das Cotas e do Estatuto da Igualdade Racial. Esse manifesto foi entregue aos presidentes da Câmara e do Senado por um grupo liderado pela professora da UFRJ Yvonne Maggie.

“Em Brasília tenho dito que esta não é uma posição nem da UFRJ nem dos técnicos-administrativos das universidades federais. A professora Yvonne Maggie não fala pela UFRJ. A posição congressual da Fasubra é favorável as cotas. As pessoas que subscrevem o documento contrário cotas não têm autoridade política para tentar impedir a concretização de uma luta de tantos anos empreendida pelo movimento negro”, afirma Luizão.

Denise Góes é categórica ao afirmar que na verdade não vivemos uma democracia racial com respeito à pluralidade étnica. Segundo ela, na realidade o racismo é mascarado. “A elite branca que sempre dominou o saber intelectual quer manter sua hegemonia de poder tanto nas universidades quanto na relação da produção do conhecimento. Mas quando você coloca outros atores sociais capazes também de produzir conhecimento no campo científico a contradição aparece. Por que não se criticam as cotas partidárias para mulheres, para deficientes, e se colocam veemente contra as cotas para os negros? Isso demonstra seu racismo profundo, ainda mais quando seu poder está ameaçado”. Ela pergunta: “aonde está guardado o seu racismo?” E ironiza: na gaveta para ser usado quando precisar.



DENISE GÓES. “Elite branca quer manter hegemonia do saber”



EM BRASÍLIA. Com apoio do governo, foi realizado em maio o Fórum de Igualdade Racial

## Cotas: projeto ganha fôlego

O projeto de lei que trata do estabelecimento de cotas nas universidades públicas federais foi apresentado em maio de 2004 pelo governo e debatido exaustivamente nas Comissões de Educação, Direitos Humanos e na de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, sendo por estas aprovado. Desde então os partidos PFL e PSDB têm utilizado de artifícios regimentais para protelar a votação do projeto. E o projeto encontrava-se parado na Câmara dos Deputados há três meses. Com a polêmica dos manifestos, o líder do PDT, Miro Teixeira (RJ), conseguiu as assinaturas de todos os líderes para seu requerimento de votação em regime de urgência. Depois de aprovado na Câmara, vai para o Senado.

O projeto do Estatuto da Igualdade Racial, de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), já tramita há mais de 10 anos no Congresso. Ele foi proposto com a finalidade de combater a discriminação e a desigualdade sofridas pelos afro-brasileiros através da adoção de políticas públicas. O projeto foi aprovado pelo Senado por unanimidade, e em novembro de 2005 foi finalmente apresentado ao

plenário da Câmara dos Deputados. Em março de 2006 o presidente da Câmara, Aldo Rebelo (PCdoB-SP), criou uma comissão especial, composta por 31 integrantes representantes das bancadas partidárias, para dar parecer ao projeto, e parou nesse estágio.

### IGUALDADE RACIAL NO TRABALHO E NA TEVÊ

■ Em relação ao mercado de trabalho, o Estatuto da Igualdade Racional destina 20% das vagas para negros no preenchimento de cargos em comissão e assessoramento de nível superior da administração pública. Prevê ainda ampliação dessa meta até a correspondência da estrutura demográfica de raças em escala nacional (próxima de 50%) no caso do governo federal. A mesma ampliação deve ocorrer no plano estadual, segundo critérios demográficos. Empresas que se beneficiam de incentivos governamentais devem adotar programas de promoção de igualdade racial.

■ Na área de educação, a disciplina “História Geral da África e do Negro no Brasil” torna-se obrigatória no currículo das escolas de ensinos fundamental e médio.

■ Nos meios de comuni-

cação, a produção precisa valorizar a herança cultural e a participação dos afro-brasileiros na história do país. Filmes, programas e propagandas devem apresentar afro-brasileiros em proporção não inferior a 20%.

■ Na saúde o quesito cor/raça se torna obrigatório em todos os documentos do SUS, como cartões de identificação e prontuários médicos.

### COTAS DE VAGAS NAS UNIVERSIDADES

■ O projeto de cotas encaminhado pelo governo reserva 50% das vagas nas universidades federais para alunos que fizeram todo o ensino médio em escolas públicas.

■ Parte desses 50% será reservada a negros ou indígenas estudantes de escolas públicas. O percentual respeitará o índice dessas populações em cada Estado, de acordo com o IBGE.

■ Aprovado pelo Congresso e sancionado pelo presidente, passa a valer para o vestibular seguinte. As federais terão quatro anos para cumprir o estabelecido, em todos os seus cursos.

■ O Programa tem prazo de duração de 10 anos, para posterior avaliação.

Na página 11, resumo dos manifestos que originaram a polêmica